

SUMÁRIO

Lista de abreviaturas	19
Apresentação da obra	23
TÍTULO I – Direitos fundamentais e seu regime jurídico concreto	29
1. Direito à água (análise da constitucionalidade do Projeto de Integração do Rio São Francisco)	29
Da Consulta	30
Do Parecer	31
I. Contextualização e apresentação das hipóteses de trabalho	31
II. Da vinculação da administração pública aos direitos fundamentais	38
III. A configuração do ato autorizativo da realização do projeto em ato unitário ou complexo: a necessidade ou não de autorização legislativa	43
III.1. Aplicação das premissas acima ao caso concreto	59
III.2. Peculiaridades do <i>Projeto de Integração do Rio São Francisco</i> : reforço da necessidade da composição da vontade do Congresso Nacional para a legitimação constitucional plena do programa	62

III.3. Peculiaridades do <i>Projeto de Integração do Rio São Francisco</i> : ainda o reforço da necessidade da composição da vontade do Congresso Nacional para a legitimação constitucional plena do <i>programa</i>	68
III.4. Medidas não-judiciais para se sanar a presente usurpação de competência	69
IV. Finalidade(s) e meio(s) em projetos públicos como o PISF	72
IV.1. Finalidade do PISF, seus meios e outros meios alternativos	72
IV.1.a. A exigência constitucional de eficiência	86
IV.1.b. Ainda a finalidade do projeto, a finalidade proposta constitucionalmente e a finalidade constante em normas infra-constitucionais	89
IV.2. Noções iniciais quanto ao critério da proporcionalidade e sua imposição para o caso concreto sob análise	101
IV.2.a. O meio: proporcionalidade-adequação ..	103
IV.2.b. O meio: proporcionalidade-necessidade ..	106
IV.3. Síntese final quanto à validade material e proporcional do Projeto de Integração do Rio São Francisco	111
V. O grau de legitimidade democrática do projeto de transposição do Rio São Francisco	113
V.1. Atos complexos e a exigência por um maior grau de legitimidade democrática	113
V.2. Sobre a relação entre o grau de divergência (moral, prática ou social) de uma determinada medida e a necessidade de uma legitimidade democrática mais intensa	116
V.3. O Judiciário enquanto instância de calibração democrática	121
VI. Síntese das conclusões alcançadas	127

2. Direito à educação (o caso de transferência da manutenção de instituição de ensino superior)	130
Da Consulta	130
Do Parecer	133
I. Breve relato e apresentação do caso concreto	133
II. Regime constitucional do serviço educacional	135
II.1. Atuação estatal na prestação do serviço educacional: cotejo com a atuação das instituições particulares	145
II.1.a. O papel da União Federal no ensino especificamente superior: o regime constitucional colaborativo	153
II.1.b. Instituições privadas de ensino superior: prestação contínua	155
III. Aplicação das premissas teóricas à tentativa de imposição de responsabilidade solidária quanto aos débitos previdenciários	171
III.1. A (falta de) proporcionalidade	172
IV. Resposta aos quesitos	183
Bibliografia referente ao Título I	190
TÍTULO II – Controle de constitucionalidade	193
CAPÍTULO I – ADPF	193
I.1. ADPF e a omissão inconstitucional	193
Da Consulta	194
Do Parecer	196
I. Breve relato histórico e apresentação do caso concreto	196
II. Panorama geral do trabalho	204
III. Da ocorrência de inconstitucionalidade por omissão legislativa de trâmite: idéias iniciais e sua configuração no caso estudado	205
IV. Combate da omissão inconstitucional	215

IV.1. Posição jurisprudencial do STF	215
IV.2. Possibilidade de uso da ADPF: subsidiariedade e preceito fundamental	218
IV.3. A reserva do financeiramente possível e a ADPF	234
V. A construção viável pelo STF via ADPF	237
VI. A possibilidade de pedido liminar	241
VII. O mandado de injunção e sua nova tendência ...	242
VIII. Conclusões	248
IX. Das respostas aos quesitos	250
CAPÍTULO II – Fungibilidade das ações constitucionais abstratas	252
2.1. ADIN e/ou ADPF: Fungibilidade	252
Da Consulta	252
Do Parecer	253
I. Inconstitucionalidade do Projeto de Integração do Rio São Francisco – PISF	253
II. Como combater as inconsistências do PISF	254
II.1. Ação Direta de Inconstitucionalidade e/ou Arguição de Descumprimento de Preceito Fundamental	255
II.1.1. Contextualizando o controle de constitucionalidade para o caso em apreço	255
II.1.2. Entre a ADIn e a ADPF	256
Bibliografia referente ao Título II	271
TÍTULO III – Atuação normativa no Estado Constitucional de Direito Brasileiro	273
1. Atuação Normativa das Entidades da Administração Pública estadual no âmbito Financeiro e Bancário ..	273
Da Consulta	274
Do Parecer	276

I. Estrutura geral do trabalho	276
II. Breve relato e apresentação do caso concreto	277
III. Do Estado Constitucional de Direito	281
IV. Do cooperativismo na Constituição de 1988 e a sua regulamentação por lei complementar	284
IV.1. A postura do Chefe do Executivo estadual em face da inconstitucionalidade de lei estadual	292
V. Estado Federal	298
V.1. Da partilha de competências no Brasil	298
V.2. Da competência no caso concreto	299
V.3. Resposta ao problema da competência legisla- tiva	301
VI. Lei e regulamentos	303
VI.1. Premissas teóricas	304
VI.2. Atuação (normativa?) das entidades da Ad- ministração Pública no âmbito financeiro e bancário	307
VI.3. Análise do caso concreto: Atuação (normati- va?) das entidades da Administração Pública estadual no âmbito financeiro e bancário	314
VII. Conclusões e respostas aos quesitos restantes	327
Bibliografia referente ao Título III	334
TÍTULO IV – Remédios constitucionais e sua utilização ...	335
1. Ação popular	335
Da Consulta	335
Do Parecer	336
I. Do cabimento da ação popular constitucional	336
I.a. Cabimento por lesão ao patrimônio público	336
I.b. Lesão à moralidade pública	337
II. Competência para julgamento da AP em face do PISF	339

2. Mandado de segurança coletivo preventivo	342
Da Consulta	342
Do Parecer	343
I. Remédio constitucional adequado para restaurar a higidez da Ordem Constitucional	343
II. O cabimento do mandado de segurança coletivo preventivo e suas especificidades	344
3. Mandado de segurança coletivo e preventivo (legi- timidade passiva do STJD)	348
Da Consulta	348
Do Parecer	350
I. Contextualização inicial	350
II. Instância administrativa forçada: inaplicação ao caso concreto	352
III. Mandado de segurança e STJD: esclarecimento de dúvidas	354
III.1. Configuração do STJD como autoridade pú- blica	354
III.2. Da possibilidade de o STJD figurar isoladamente em pólo passivo de mandado de segurança coletivo	360
III.3. Do juízo competente para apreciar o mandado de segurança coletivo	363
III.3.1. Da Justiça Federal do Rio de Janeiro como foro adequado	370
IV. Síntese das conclusões alcançadas no presente pa- recer complementar	371
Bibliografia referente ao Título IV	373

TÍTULO V – Licitação pública e as exceções ao dever de licitar

1. Contratação sem licitação e regime jurídico das fun- dações privadas de previdência fechada no Brasil ..	375
----------------------------------------------------------------------------------------------------------------	-----

Da Consulta	375
Do Parecer	377
I. Contextualização e apresentação das hipóteses de trabalho	377
II. Panorama geral do trabalho	379
III. A fundação XXX e as fundações públicas e privadas: aproximações e distanciamentos. As fundações privadas de previdência fechada no Brasil: criação, natureza, custeio, direção, função e deveres	382
IV. Licitação pública	410
V. A fundação XXX, sua função e um pretense dever de licitar	423
VI. Aplicação das premissas teóricas apresentadas ao caso sob consulta e respostas aos quesitos	434
2. Contratação direta dos serviços de advocacia e a atuação do Ministério Público	438
Da Consulta	438
Do Parecer	439
I. Contextualização e apresentação das hipóteses de trabalho	439
II. Panorama geral do trabalho	445
III. Funções do Ministério Público e a ação civil pública	447
III.1. Dos compromissos do Ministério Público: a sua vinculação à Constituição e às leis	450
IV. Licitação pública	459
IV.1. Hipóteses de exceção à licitação pública: inexistência	464
V. A atuação do MP e a busca do interesse público primário	475
VI. Do risco imediato e concreto de lesão a direitos	481
VI.1. Atuação do MP e estabelecimento de padrão paralelo de conduta (i)legal	482

VI.2. Premissas teóricas desvirtuadas do inquérito civil público (e de eventual ação civil pública dele decorrente) no caso concreto: do risco de dano	486
VI.3. Estudo de caso específico	489
VI.4. Da possibilidade de medida judicial em face do dano iminente	493
3. Contratação sem licitação e o regime jurídico das organizações sociais	495
Da Consulta	495
Do Parecer	496
I. Contextualização e apresentação das hipóteses de trabalho	496
II. Panorama geral do trabalho	500
III. Concepção de Estado na Constituição de 1988 ...	502
III.1. Licitação pública	513
III.2. Reformas constitucionais formais da Constituição e o Projeto de Publicização	525
IV. Organizações sociais: natureza, estrutura e objetivo	535
V. Ação Direta de Inconstitucionalidade 1.923-5/DF ...	543
VI. Aplicação das premissas teóricas apresentadas ao caso sob consulta	566
Bibliografia referente ao Título V	568
TÍTULO VI – Poder Judiciário e remuneração	571
1. Regime previdenciário, acumulação de proventos e irredutibilidade de subsídios na Magistratura	571
Da Consulta	572
Do Parecer	573
I. Evolução dogmática do tema e identificação do caso submetido a análise	573

II. Sistema constitucional de remunerações	579
II.1. Anteriormente à EC 20/1998	579
II.2. Entendimento posterior à EC 20/1998: regime geral e a possibilidade de os magistrados perce- berem dois ou mais proventos – buscando um significado para a regra de transição e para o art. 93, VI, da CB	582
II.2.1. A inconstitucionalidade formal	597
III. Posicionamento do STF quanto à possibilidade de se cumular tanto proventos e remuneração como proventos e proventos	600
III.1. Posicionamento adotado anteriormente ao ad- vendo da EC 20/1998	600
III.2. Entendimento posterior à EC 20/1998	606
III.3. O caso específico dos militares e a possível mutação jurisprudencial: cumulação de proventos e vencimentos	611
IV. Conclusões: por que um tratamento constitu- cionalmente conforme para a magistratura?	618
V. Respostas aos quesitos	620
2. Reforma do Poder Judiciário, unificação dos tribunais e a extensão dos benefícios aos magistrados aposen- tados nos antigos Tribunais de Alçada	624
Da Consulta	624
Do Parecer	625
I. Breve relato histórico e apresentação do caso con- creto	625
II. Panorama geral do trabalho	628
III. Direito dos aposentados à percepção dos benefícios concedidos aos servidores em atividade	629
III.1. Juizes aposentados dos extintos Tribunais de Alçada: direito à paridade	633
IV. Aplicação das premissas teóricas apresentadas ao caso sob consulta	635
Bibliografia referente ao Título VI	637

TÍTULO VII – Regime constitucional tributário	639
1. Regime constitucional das contribuições sociais destinadas ao custeio da seguridade social	639
Da Consulta	640
Do Parecer	641
I. Contextualização e apresentação das hipóteses de trabalho	641
II. O regime constitucional das contribuições sociais destinadas ao custeio da seguridade social	653
II.1. Configuração da exação tributária como contribuição social	653
II.2. O art. 195, § 4.º da CB, e a exigência de lei complementar: reserva qualificada de lei	658
II.3. Aplicação das premissas acima ao caso concreto	665
III. Análise da (in)constitucionalidade da vinculação da prática esportiva ao recolhimento da contribuição destinada à FAAP	676
III.1. Direito constitucional do livre exercício profissional: escopo e relacionamento com a ordem jurídico-tributária	677
III.2. Aplicação das premissas ao caso concreto	685
2. IPTU	689
Da Consulta	689
Do Parecer	691
I. Contextualização e apresentação das hipóteses de trabalho	691
II. Isonomia tributária e limitações à atuação do Poder Público	693
II.1. Isonomia no regime constitucional de desporto ..	698
II.2. Isonomia tributária perante o STF: análise específica da isenção tributária	702

II.3. Aplicação das premissas acima desenvolvidas ao caso concreto	707
III. Das medidas cabíveis para sanar a inconstitucionalidade em questão	714
III.1. Via judicial: a impossibilidade jurídica do pedido	714
III.2. Via política: a ampliação legal do âmbito da isenção em questão	720
III.2.1. A necessidade de lei	721
III.2.2. Necessidade de lei e o escopo da iniciativa exclusiva do Chefe do Executivo no art. 61, § 1.º, da CB	722
IV. Síntese das conclusões alcançadas no parecer	725
3. Imunidade tributária	728
Da Consulta	728
Do Parecer	729
I. Retomada dos argumentos desenvolvidos no parecer principal	729
I.1. Contextualização dos argumentos em face do caso concreto ensejador do presente parecer suplementar: a sujeição da municipalidade ao art. 150, VI, c, da CB	743
II. Da possibilidade de requerimento administrativo e da juridicidade de uma decisão favorável	745
III. Síntese das conclusões alcançadas no presente parecer complementar	747
Bibliografia referente ao Título VII	750